

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

**PROVA PARA CONSELHEIRO TUTELAR
JUNHO 2019**

1 - As crianças e adolescentes que vivem em situação de rua, na sua maioria, foram vítimas de violência, de abuso sexual, não tiveram suas necessidades materiais supridas como alimentação, vestuário, habitação. Muitas delas vivenciaram relações conflituosas com o sistema de educação e envolveram-se no uso e no tráfico de drogas. O enfrentamento desta situação está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através do artigo:

- I. 4º que define ser: dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- II. 5º que expressa: nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- III. 7º que diz: a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, somente.
- b) I e III, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I, II e III.

2 – Toda criança ou adolescente tem direito à convivência familiar e comunitária, a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. Conforme o artigo 24 do ECA, a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipóteses de:

- a) Situação caracterizada como de vivência nas ruas e ausência absoluta de meios para fixação de residência.
- b) Falta de afeto e negligência caracterizada como abandono de incapaz, derivada da dependência de substâncias entorpecentes.
- c) Falta ou carência de recursos materiais, ainda que se mantenham os filhos em escolas de ensino fundamental.

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

- d) Descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores e da obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

3 - A adoção de criança e adolescente é de competência do Juízo da Infância e Juventude. Conforme estabelece o artigo 39 do ECA, deve-se recorrer à adoção apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, e por família extensa ou ampliada, aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Sobre adoção, no artigo 42, o ECA prescreve que

- a) Esta atribui a condição de filho adotivo ao adotado e os seus direitos e deveres, inclusive sucessórios, são diferenciados.
- b) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando, e cessa o direito sucessório entre o adotado e seus descendentes.
- c) É permitida a adoção por procuração, e o adotando deve contar com, no máximo, quinze anos à data do período.
- d) Podem adotar os maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, e o adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

4 - Com referência ao direito à profissionalização e à proteção do trabalho do adolescente, é correto afirmar:

- a) Ao adolescente aprendiz não são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- b) As exigências produtivas referentes ao trabalho se sobrepõem às exigências pedagógicas.
- c) É proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos de idade.
- d) O princípio da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento não se aplica ao adolescente aprendiz.

5 - Em relação ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, o ECA determina que é

- a) Proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- b) Proibido o trabalho de menores de 18 anos em qualquer situação.
- c) É permitido o trabalho a menores de 16 anos, salvo nos casos de trabalho insalubre.

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

- d) É permitido o trabalho de crianças menores de 14 anos desde que registrados seus direitos previdenciários no Ministério do Trabalho.

6 - A responsabilidade de assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos da criança e do adolescente cabe:

- a) À família, à comunidade, à sociedade em geral e ao Poder Público;
- b) À família e às Escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Médio;
- c) À família e ao Ministério Público;
- d) À família nuclear e avós, ao Juiz da Infância e Adolescência e aos Assistentes Sociais.

7 - Segundo o ECA, o poder familiar

- a) É exercido pelo pai ou pela mãe, segundo a legislação civil;
- b) É suspenso por medida judicial, quando os pais não têm condições materiais para prover o sustento dos filhos;
- c) É exercido pelo pai e pela mãe, em igualdade de condições;
- d) Refere-se apenas aos pais biológicos e não pode ser transferido pela adoção.

8 - De acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), A **GUARDA**:

- a) Dispensa o dever de prestar alimentos por parte dos pais biológicos independentemente de determinação judicial;
- b) Confere a criança ou ao adolescente a condição de dependente para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
- c) Anula o direito de visita pelos pais, nos casos em que a medida é aplicada em preparação para adoção, mesmo se existir determinação em contrário da autoridade judiciária;
- d) Caracteriza-se como medida irrevogável.

9 - A Lei nº 8.069/1990 dispõe acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e quanto aos mecanismos de proteção integral à criança e ao adolescente. Para efeito de proteção dessa lei, considera-se adolescente a pessoas entre

- a) 12 e 17 anos de idade;
- b) 12 e 15 anos de idade;
- c) 10 e 18 anos de idade;
- d) 12 e 18 anos de idade.

10 - Com relação ao disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Da Prática de Ato Infracional. **Marque a alternativa incorreta.**

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

- a) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- b) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- c) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de sete dias.
- d) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos.

11 - Com relação ao disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) - Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos. **Marque a alternativa incorreta.**

- a) Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.
- b) Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congêneres ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.
- c) As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, porém sem a advertência de seu conteúdo.
- d) Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

12 - Complete a lacuna.

É proibido qualquer trabalho a menores de _____ de idade, salvo na condição de aprendiz.

- a) Doze anos.
- b) Quatorze anos.
- c) Dezesesseis anos.
- d) Dezoito anos.

13- Diante de um caso suspeito de castigo físico (ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física) contra um adolescente que se encontra na sala de espera do ambulatório, a conduta obrigatória, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), deve ser:

- A) comunicar ao conselho tutelar da localidade
- B) advertir o responsável, caso o abuso se confirme
- C) encaminhar o responsável a tratamento psicológico

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

D) encaminhar ao serviço social para as devidas providências

14 - O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) garante que toda criança e todo adolescente têm direito à educação, visando seu pleno desenvolvimento, ao preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, **exceto**:

- a) Direito de ser respeitado por seus educadores;
- b) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- c) Igualdade de condições para o acesso e permanência à prática esportiva;
- d) Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

15 - Quanto ao ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao Conselho Tutelar, é **incorreto** afirmar que este órgão tem como princípios:

- a) Garantir que os direitos e deveres da criança e adolescente sejam violados pelos próprios pais, apoiados por este órgão;
- b) Atender e aconselhar crianças e adolescentes;
- c) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- d) Participar de ações que combatam a violência, a discriminação no ambiente escolar, familiar e comunitário.

16 - De acordo com o ECA, a garantia de prioridade compreende:

- a) apoio às famílias carentes na educação de seus filhos.
- b) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- c) garantia de ajuda financeira às famílias em situação de pobreza.
- d) acesso gratuito nos transportes públicos.

17 - Sem prejuízo de outras providências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão

- a) Investigados para identificar a corresponsabilidade da criança no caso.
- b) Primeiramente levados ao juiz da Vara da Infância e Juventude.
- c) Obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- d) Encaminhados aos responsáveis para verificação do ocorrido com a criança.

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

18 - De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.069/1990, são **medidas de proteção** à criança e ao adolescente, a eles aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente lhes forem ameaçados ou violados:

- a) Acolhimento institucional; semiliberdade e internação.
- b) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; liberdade assistida e advertência.
- c) Orientação, apoio e acompanhamento temporários; prestação de serviços à comunidade e advertência.
- d) Acolhimento institucional; orientação, apoio e acompanhamento temporários e colocação em família substituta.

19 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente pode aplicar as seguintes medidas, **exceto**:

- a) Advertência
- b) Liberdade assistida.
- c) Obrigação de reparar o dano.
- d) Prisão domiciliar.

20 - Qual dos listados a seguir **NÃO** é um direito do adolescente privado de liberdade?

- A) Nunca receber visitas.
- B) Ser tratado com respeito e dignidade.
- C) Corresponder-se com seus familiares e amigos.
- D) Realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.

21 - De acordo com o Art. 28 do ECA, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente a colocação em família substituta far-se-á mediante:

- a) Guarda.
- b) Tutela.
- c) Adoção.
- d) Todas as alternativas anteriores.

22 - São características da adoção, reguladas no Estatuto da Criança ou adolescente, **exceto**:

- a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, a qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

- b) É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 3º grau, observada a ordem de vocação hereditária.
- c) É vedada a adoção por procuração.
- d) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

23 - Para os efeitos da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), considera-se:

- a) Criança, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.
- b) Criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- c) Criança, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- d) Criança, a pessoa até quatorze anos de idade completos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

24 - Conforme o Art. 22 do ECA, o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais, cabe:

- a) Ao Conselho Tutelar.
- b) Aos pais.
- c) Às Escolas municipais.
- d) Aos CRAS.

25 - À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, a ação de natureza disciplinar que seja aplicada com o uso da força física sobre a criança e resulte em lesão é definida como castigo

- a) Violento.
- b) Desumano.
- c) Vexatório.
- d) Físico.

26 - Criança que cometer ato infracional estará sujeita a

- a) Obrigação de reparar o dano.
- b) Prestação de serviços à comunidade.
- c) Inserção em regime de semiliberdade.
- d) Orientação, apoio e acompanhamento temporários.

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

27 – É proibida a venda à criança ou ao adolescente, exceto em relação a:

- a) Armas, munições e explosivos.
- b) Bebidas alcoólicas.
- c) Fogos de estampido e de artifício, quando seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- d) Bilhetes lotéricos e equivalentes.

28 – Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão os casos ao Conselho Tutelar, exceto em relação a:

- a) Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- b) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- c) Elevados níveis de repetência.
- d) Notas abaixo da média.

29 – Assinale a **alternativa incorreta**, são atribuições do Conselho Tutelar:

- a) Encaminhar ao Ministério Público notícias de fato que constituem infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.
- b) Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- c) Expedir certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.
- d) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinentemente o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

30 - De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 8º-A- Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019), fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, que tem como objetivo:

- a) Erradicar a gravidez na Adolescência
- b) Disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- c) Denunciar os casos de gravidez na adolescência ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público.
- d) Distribuição de métodos contraceptivos nas escolas.

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

MERUGCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

GABARITO

1	D
2	D
3	D
4	C
5	A
6	A
7	C
8	B
9	D
10	C
11	C
12	B
13	A
14	C
15	A
16	B
17	C
18	D
19	D
20	A
21	D
22	B
23	B
24	B

CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**

MERUOCA - CE

Av. Pedro Sampaio, 385 - Centro

25	D
26	D
27	C
28	D
29	C
30	B